



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS

VILMARA OLIVEIRA SENA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AEE: UMA
ANÁLISE DAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE - RN**

CARAÚBAS - RN

2022

VILMARA OLIVEIRA SENA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AEE: UMA
ANÁLISE DAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE - RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras Libras.

Orientador:
Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa

CARAÚBAS - RN

2022

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas
da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S474p SENA, VILMARA OLIVEIRA.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
AEE: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE - RN/
VILMARA OLIVEIRA SENA. - 2022.

45 f.: il.

Orientador: FRANCISCO EBSON GOMES-SOUSA.

Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-Árido, Curso de Letras/Libras,
2022.

1. Práticas pedagógicas. 2. Atendimento Educacional
Especializado. 3. Políticas públicas. I. GOMES-SOUSA,
FRANCISCO EBSON, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Caraúbas
Bibliotecária: Dalvanira Brito Rodrigues
CRB: 15/700

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

VILMARA OLIVEIRA SENA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AEE: UMA
ANÁLISE DAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE - RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras Libras.

Defendida em: 05 / 05 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa (UFERSA)
Presidente

Profa. Ma. Bianca Sonale Fonseca da Silva (UEPB)
Membro Examinador

Prof. Esp. Everton Viana da Silva (UERN)
Membro Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais que sonharam junto comigo pela concretização dessa graduação. Em especial, dedico também à minha avó Maria Alexandre que sempre sonhou em ver uma de suas primeiras netas formada.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero agradecer ao meu bom Deus que me sustentou e permitiu chegar até aqui, nesse percurso tão desafiador e significativo, de grandes conhecimentos. Sou grata pela concretização desse sonho.

Agradeço à minha mãe **Antônia Claudia**, minha maior fonte de inspiração e incentivo para progredir nos estudos. Ao meu pai **Vildo Sena** e a meu irmão **Anderson Sena** que também me apoiaram e incentivaram para realização dessa graduação. Vocês são tudo em minha vida. Amo todos vocês!

Quero agradecer à toda minha família por todo apoio e carinho, em especial aos meus avós maternos **Maria Alexandre** e **Francisco Zuza**. Sou grata por cada lição e por ter vocês em minha vida. Como também, agradeço à minha avó paterna, **Aureci** (*in memoriam*), pois sei que estaria muito feliz por esse momento se estivesse em vida.

Ao meu namorado e companheiro, **Antônio Carlos**, que sempre me apoiou em todos os momentos e incentivou para que não desistisse. Obrigada, por tudo.

Aos meus amigos e pessoas queridas, que me deram apoio durante essa trajetória tão importante em minha vida. Agradeço à **Maria Elaine**, amiga que a universidade me presenteou, obrigada por dividir comigo todo percurso, e a amiga **Eli Regina**, agradeço por todas as ajudas durante o processo acadêmico. Vocês moram em meu coração.

Agradeço ao meu orientador, o professor **Me. Francisco Ebson Gomes Sousa** por toda dedicação, incentivo paciência, e disponibilidade em ajudar na realização deste trabalho, muito obrigada. Agradeço ainda à banca examinadora, composta pelos professores **Bianca Sonale Fonseca da Silva** e **Everton Viana da Silva**. Obrigada por todas as contribuições.

Também não poderia deixar de agradecer aos colegas de turma e a todos os professores que fizeram parte desse processo. Obrigada por todos os ensinamentos e conhecimentos compartilhados.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

Paulo Freire

RESUMO

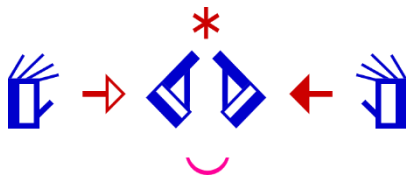
A educação especial é, de fato, um tema que merece destaque, uma vez que, há ainda uma grande necessidade de tornar os espaços escolares cada vez mais acessíveis e equiparados para todos, principalmente, nas salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, visto que, ainda nos deparamos com insuficiência de políticas públicas de educação especial que contribuam com uma educação de qualidade. Desse modo, esta pesquisa justificou-se em razão da necessidade de compreender as práticas de ensino e políticas pedagógicas na educação especial nas salas de AEE em duas salas de aulas da rede pública de ensino, bem como, metodologias, recursos e estratégias utilizadas pelos docentes atuantes nesses espaços. Tivemos como objetivo analisar as práticas pedagógicas dentro das salas de AEE, nas escolas públicas da cidade de Campo Grande - RN, compreendendo o cumprimento das políticas públicas, como acontece o atendimento para o público-alvo e as perspectivas dos professores do AEE. Do ponto de vista teórico, apoiamos nosso estudo nas ideias de Vitorino e Souza (2020); Silva (2018); Sanches (2005); Saviani (1995) e nas leis e decretos que visam garantir acesso à educação especial e inclusiva (BRASIL, 1971, 1996, 2008, 2015, 2021). Com isso, foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória amparados em Pereira *et al.* (2018) e Gil (2002). Para alcançarmos os objetivos, realizamos a aplicação de questionários com uma das gestões e dois professores atuantes das salas de recursos multifuncionais dessas escolas. Com o estudo, foi possível perceber a escassez de recursos, materiais didáticos e pedagógicos para auxiliar nas práticas de ensino com os alunos. Além disso, faltam articulações entre as políticas públicas e capacitações para os professores que atendem a este público. Sendo assim, acreditamos que, pesquisas como essas podem servir como base para auxiliar na implementação de melhorias nas práticas pedagógicas de ensino, visando a criação de estratégias que corroborem com o processo de ensino-aprendizagem da educação especial. Esperamos também que estudos nessa perspectiva possam servir para dar continuidade e contribuir em novas produções científicas sobre as melhores práticas de ensino para estes espaços educacionais, dentro do campo das práticas pedagógicas das salas de AEE.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Atendimento Educacional Especializado. Políticas públicas.

ABSTRACT

Special education is indeed a subject that deserves to be studied, since there is still a great need to make school spaces more accessible and equal for all, especially in Specialized Educational Service – AEE (in Portuguese), since we have few public policies that contribute to quality education. Thus, this research was justified by the need to understand teaching practices and pedagogical policies in special education in AEE classrooms in two public school classrooms, as well as methodologies, resources and strategies used by teachers who work in these educational spaces. We aimed to analyze the pedagogical practices within the AEE classrooms, in the public schools of the city of Campo Grande - RN, understanding the fulfillment of public policies, how the service for the target audience happens, and the perspectives of the AEE teachers. From a theoretical point of view, we support our study on the ideas of Vitorino e Souza (2020); Silva (2018); Sanches (2005); Saviani (1995) and laws and decrees that aim to guarantee access to inclusive education for AEE (BRASIL, 1971, 1996, 2008, 2015, 2021). Therefore, qualitative exploratory research was carried out based on Pereira *et al.* (2018) and Gil (2002). To achieve the objectives, we carried out the application of questionnaires with one of the directors and two teachers working in the multifunctional resource rooms of these schools. With the study, it was possible to perceive the lack of resources, didactic and pedagogical materials to assist in teaching practices with students. In addition, there is a lack of links between public policies and training for teachers who serve this audience. Thus, we believe that research such as these can serve as a basis to assist in the implementation of improvements in pedagogical teaching practices, aiming at the creation of strategies that corroborate with the teaching-learning process of special education. We also hope that studies in this perspective can serve to continue and contribute to new scientific productions on the best teaching practices for these educational spaces, within the field of pedagogical practices in AEE classrooms.

Keywords: Pedagogical practices. Specialized Educational Service. Public policy.



Escaneie com o celular ou clique no QR Code

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
MEC	Ministério da Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Políticas públicas para a educação inclusiva	15
2.2 AEE – Atendimento Educacional Especializado.....	17
2.3 Práticas pedagógicas na educação especial	20
3 METODOLOGIA	22
3.1 Universo e sujeitos da pesquisa.....	22
3.2 Coleta de dados e procedimentos metodológicos	23
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	25
4.1 Concepções da gestão da escola acerca do Atendimento Educacional Especializado	25
4.2 Perspectivas dos professores atuantes sobre o Atendimento Educacional Especializado	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES.....	37
ANEXOS	39

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão no contexto educacional é um assunto que vem sendo tema de debates recentes e que tem um grande significado para as pessoas com deficiência. É por meio de metodologias inclusivas e acessíveis que alunos com deficiência são inseridos na sociedade. No tocante ao âmbito escolar, essa inclusão acontece, por diversas vezes, através do serviço de Atendimento Educacional Especializado - AEE, um projeto previsto em leis do âmbito federal atendendo à Política de Educação Especial oferecida a este público-alvo (BRASIL, 2008).

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado é um serviço que funciona na esfera escolar como recurso de vital importância para a inclusão de pessoas com deficiência. Este atendimento é realizado em uma sala de recursos multifuncionais, por um profissional da educação especial que necessita trabalhar de acordo com as peculiaridades e necessidades de cada aluno.

No AEE devem ser desenvolvidas atividades complementares que auxiliam na formação e inserção de todos para a vida social. Entretanto, para que haja um atendimento favorável e adequado voltado para as pessoas com necessidades específicas, é necessário um projeto político pedagógico que atenda ao aluno e suas especificidades (BRASIL, 2013). No entanto, apesar de ser um ensino de grande importância e necessário para atender as pessoas com deficiência, ainda deparamos com a realidade da falta desse ensino em muitas escolas brasileiras, as quais possuem alunos com deficiência e que necessitam minimamente desse atendimento.

A partir de experiências em estágios e em campos com necessidade de atendimento especializado, surgiu a curiosidade de compreender como ocorre o processo de ensino para este público-alvo e refletir sobre as práticas dentro da educação especial. Nesse sentido, dada a importância do funcionamento do AEE nas esferas educacionais, a presente pesquisa justificou-se pela necessidade de compreender o funcionamento das práticas e políticas pedagógicas no ensino especial, especificamente em duas escolas da rede pública do município de Campo Grande no estado do Rio Grande do Norte, que possuem o AEE. Salientamos que a pesquisa foi possível apenas por parte de uma gestão de ensino da rede municipal, pois, infelizmente, não obtivemos resultados no questionário da outra direção de ensino da rede estadual, como mostraremos no decorrer de nossa pesquisa.

Para isso, analisamos os recursos ofertados para as salas multifuncionais e o público-alvo, assim como, as estratégias e metodologias de ensino utilizadas pelos professores atuantes dessas salas no município. Assim, investigar para compreender como acontece o serviço do

Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas é um aspecto pertinente. Além disto, conhecer o ambiente educacional, as salas multifuncionais, os recursos didáticos e as metodologias utilizadas dentro destes espaços são fatores significativos para o desenvolvimento de melhorias na prática do ensino da educação especial.

Dessa forma, tivemos como objetivo geral dessa pesquisa analisar como acontecem as práticas pedagógicas dentro das salas do AEE - Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas de Campo Grande - RN, compreendendo o cumprimento das políticas públicas, como acontece o atendimento para o público-alvo e as perspectivas dos professores do AEE. Com o intuito de alcançar o objetivo delineado, tivemos como objetivos específicos: 1 - Verificar como as políticas públicas voltadas para o AEE acontecem na cidade de Campo Grande – RN; 2 - Conhecer o atendimento para as pessoas com deficiência no AEE nas escolas analisadas e; 3 - Refletir sobre as perspectivas dos professores do AEE.

Portanto, a atual pesquisa tem a finalidade de auxiliar na implementação de melhorias nas práticas do ensino na educação especial e inclusiva, apresentando ferramentas e metodologias necessárias para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência. Além de querermos com esta pesquisa saber como acontece o processo de ensino e as práticas dentro da educação especial da cidade analisada, interessa-nos como pesquisadores avaliar como podemos contribuir para melhores práticas de ensino nestes espaços educacionais, uma vez que, ainda não temos muitas pesquisas na área, principalmente dentro do campo das práticas pedagógicas das salas de AEE. Dessa forma, acreditamos que os resultados encontrados nesta pesquisa possibilitarão reflexões sobre melhores práticas de ensino para o Atendimento Educacional Especializado.

Logo, com o propósito de apresentar e analisar os dados para efetivar o objetivo traçado, essa pesquisa divide-se em: Introdução, referencial teórico, em que mostraremos os pressupostos que fundamentam nossa pesquisa, análise e discussões dos resultados, no qual trataremos de averiguar os recursos e práticas de ensino do Atendimento Educacional Especializado, e por fim, traremos as considerações finais da nossa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, propomo-nos a discutir a respeito de políticas públicas para a educação especial e inclusiva. Para tal, abordaremos os conceitos e a importância do Atendimento Educacional Especializado - AEE e relataremos sobre as práticas pedagógicas na educação especial e inclusiva.

2.1 Políticas públicas para a educação inclusiva

Antes de iniciarmos as discussões acerca do Atendimento Educacional Especializado e sobre a educação inclusiva é necessário abordarmos as políticas públicas que regem a educação especial e que contribuem com a inclusão escolar. Neste âmbito, iremos dialogar sobre algumas leis e decretos que discutem sobre educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (2008) define educação especial como uma modalidade de ensino transversal perpassando todos os níveis, etapas e categorias de ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação no ensino regular.

Nessa perspectiva, as políticas públicas da educação inclusiva referem-se aos aspectos e ações incrementadas pelo estado para garantir os direitos de uma educação de qualidade para todos nas escolas, visando proporcionar o direito de cidadania às pessoas incluídas nesse processo. Desse modo, abrangem instâncias de leis e diretrizes que asseguram o direito ao ensino, por exemplo, quando se fala sobre educação.

Sendo assim, conforme Brasil (2008), o surgimento desse atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do império, a partir de 1854, através de criações de instituições de ensino específicas. Foi em 1961 que este atendimento educacional voltado às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei nº 4.024/61 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1961), que aponta o direito à educação aos “excepcionais”, termo utilizado na época para designar pessoas com deficiência. Adiante, com a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) foi alterada a LDBEN/61 passando a ter um “atendimento especial” a este público-alvo, porém, não conseguia contemplar todas as especificidades de ensino.

Visando atender as singularidades de cada vez mais pessoas foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), sendo uma das principais que permite o acesso gratuito e de qualidade à educação pública. De acordo com o documento do MEC

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. (BRASIL, 2008, p. 08).

Com isso, compreendemos que esta legislação tem a finalidade de proporcionar uma modalidade de ensino satisfatório para todos que necessitam de uma educação inclusiva, ainda orienta sobre o apoio de profissionais especializados, intencionando atender todas as necessidades específicas. Além dessas já citadas, destaca-se também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sob o nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), destinada a assegurar e promover direitos a inclusão social e cidadania para os alunos com necessidades educacionais específicas. A mesma lei prevê nos incisos I e III, a necessidade de um

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (BRASIL, 2015, p. 1).

Nesse sentido, compreendemos que essas normas têm como objetivo promover serviços que atendam as características dos estudantes com necessidades específicas em todos os níveis de ensino aprendizagem, visando garantir igualdade de condições, direitos ao exercício de sua autonomia e inclusão. Ademais, foram criados vários decretos com a finalidade de propiciar melhorias na qualidade do ensino educacional especializado, visando promover direitos para todas as pessoas com deficiência, principalmente quando focamos no acesso e permanência da educação.

Dentre os decretos, destaca-se o decreto nº 6.571/08 (BRASIL, 2008) que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamentado no parágrafo 1º do art.1º, que designa o AEE como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Assim, concebemos que este atendimento auxiliará no processo de aprendizagem dos estudantes especiais, de modo a complementar e propiciar uma formação a todos os alunos da modalidade regular.

Somada à essas leis desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de ensino referindo acessibilidade e inclusão, foi sancionada a lei nº 14.191/21 (BRASIL, 2021) de grande importância para a educação especial bilíngue de surdos, que dispõe sobre a modalidade de ensino disponibilizando serviços de apoio educacional especializado bilíngue para atender as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, surdo cegos, com deficiência auditiva, altas habilidades ou superdotação.

Dessa forma, compreendemos que essas políticas de atendimento na educação especial buscam dar suporte no ensino básico com a finalidade de receber alunos com deficiência no ensino regular e estimular os fatos que contribuem com o processo de inclusão. Segundo Vitorino e Souza (2020, p.12) “a proposta da inclusão tem como meta atender a todas as pessoas com deficiência na perspectiva de oferecer condições didáticas e pedagógicas aos professores, além de obter progresso na qualidade do ensino.” Com base na perspectiva do autor, é necessário ter recursos pedagógicos para que o professor consiga adquirir progresso na execução da prática do ensino de maneira satisfatória.

No entanto, apesar da existência das leis e decretos voltados para a educação especial no Brasil, ainda deparamos com situações escassas na prática. Infelizmente, o sistema educacional ainda não funciona de forma excelente e há muito no que melhorar. Temos consciência que trabalhar políticas de educação inclusiva não é uma tarefa simples, pois para fazer acontecer uma educação inclusiva requer muito empenho, compromisso e sensibilidade, principalmente diante das demandas existentes. A escola é um espaço fundamental para efetuar uma educação inclusiva e contribuir na construção da formação dos sujeitos. No capítulo seguinte, apresentamos um diálogo sobre o AEE em uma perspectiva da educação inclusiva.

2.2 AEE – Atendimento Educacional Especializado

Dando continuidade as nossas discussões, vemos com as Diretrizes da Política Nacional da Educação Especial com a perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008) tendo o compromisso na elaboração e disposição de recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem os entraves na plena participação dos alunos conforme suas especificidades. Dessa maneira,

As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas na sala de aula comum, não sendo substituídas à escolarização. Esse atendimento complementa e ou suplementa a formação

dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008. p.15).

Compreende-se que as atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado divergem da sala de aula regular. É importante ambas trabalhar em conjunto, ajuda na diversificação de métodos, estratégias pedagógicas e a identificar possíveis barreiras em que o aluno com deficiência esteja enfrentando no ensino aprendizagem. É primordial o trabalho coletivo dos docentes para que juntos apontem técnicas e meios para que eles tenham as mesmas oportunidades que toda a turma, tornando assim uma educação inclusiva.

Considerando a importância que a valorização e a inclusão das pessoas com deficiência têm e são direitos adquiridos, as escolas precisam e devem estar preparadas para recebê-los e propiciar uma educação inclusiva. De acordo com Silva (2018, p. 24) “o serviço prestado pelo AEE deve estar em conformidade com a proposta pedagógica da escola com seu planejamento, e os objetivos da instituição”. Com base nessa perspectiva, para realização deste planejamento é necessário a contribuição de todo um corpo escolar, como, direção, professores, secretários e demais funcionários que atuam com os alunos da educação especial.

Outro ponto fundamental para o acolhimento e desenvolvimento de aprendizagem do estudante com deficiência é a participação da família e escola nesse processo. É necessário ser trabalhado em conjunto, todo o corpo da escola e os demais que convivem com o aluno, para que o aluno consiga ter êxito em sua aprendizagem na sala de aula e também no âmbito social e inclusivo.

É considerado público-alvo do AEE os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e estudantes com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). A matrícula do atendimento educacional especializado é condicionada no ensino regular. Esses atendimentos acontecem nas redes pública ou privada, e necessitam estar alinhadas às orientações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica (MEC/SEESP, 2009).

Sendo assim, conforme essas legislações, "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando-lhes as condições necessárias a uma educação de qualidade." (BRASIL, 2001, p. 1). Logo, os atendimentos são realizados dentro das escolas de educação básica em sala de recursos multifuncionais que são organizadas através

de materiais didáticos e pedagógicos, recursos acessíveis e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos da educação especial em turno contrário à escolarização.

As salas de recursos têm o objetivo de oferecer um atendimento especializado de acordo com a necessidade que o aluno apresente, seja ela temporária ou permanente. Além disso, pode ser organizado de maneira individual ou em pequenos grupos quando as necessidades são compatíveis. De acordo com Bueno (1999), é necessário desvincular o aluno que possui necessidades específicas do conceito de doença. Para isso, o aluno deve estar situado numa realidade educativa em que se considerem as causas e que não esteja centrada somente em suas deficiências, mas também, em todos os recursos educativos que estiverem disponíveis.

O profissional do AEE precisa ter qualificação e formação na área para atender os alunos com diversos tipos de deficiências, fazer uso de estratégias e materiais didáticos para auxiliar e facilitar o ensino aprendizagem dos alunos. Além do mais, esse profissional deve trabalhar em parceria com o educador de sala de aula comum, pois é necessário verificar quais barreiras ocorrem no processo de aprendizagem, a fim de colaborar no desenvolvimento do trabalho do professor atuante do AEE.

É essencial que, antes de tudo, o professor que atua na sala de recursos multifuncionais, ao avaliar o aluno, conheça o ambiente no qual está inserido, como família e escola. Só assim, baseado nessas informações obtidas, será construído o perfil desse aluno e elaborado um plano de atendimento educacional especializado.

Sendo assim, para que esse ensino seja, de fato, efetivado de maneira satisfatória cabem às escolas a disponibilização desse serviço de acessibilidade física, linguística e estratégias para a construção do conhecimento ao longo de todo o processo de escolarização, que sejam capazes de amenizar as dificuldades enfrentadas no processo de escolarização dos alunos com deficiências em relação à aprendizagem e não estabelecer as dificuldades desses alunos como algo definitivo e limitante. Conforme Silva, (2018 p. 26) “o AEE precisa ser um lugar de encontro, um espaço de trânsito livre entre dois mundos, e não um espaço estático que não dialoga com outros contextos de vida do aluno com deficiência.”

Desse modo, o AEE é um espaço que visa transpassar barreiras, de proporcionar ao indivíduo desenvolvimento e capacidade de aprender. Veremos, adiante, discussões sobre práticas pedagógicas na educação especial.

2.3 Práticas pedagógicas na educação especial

Na educação especial, as práticas pedagógicas correspondem a todo planejamento escolar em conjunto com os profissionais atuantes desse espaço, visando conceber diversas técnicas, acessibilidades necessárias e estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas no ensino-aprendizagem do estudante. Sendo assim,

A inclusão escolar somente se efetiva se foram criadas, inseridas e praticadas em sala de aula estratégias e práticas distintas das que comumente são praticadas, contudo tal condição é dependente de condutas, conhecimento, competências e habilidades dos docentes para renovarem e com a criatividade criarem contextos para um processo de ensino que satisfaça as necessidades e potenciais dos alunos com necessidades educacionais especiais. (SANCHES, 2005, p. 136-137, *apud* SILVA, 2014, p. 5).

Nesse contexto de uma educação inclusiva, é necessário que o planejamento seja de forma contínua e colaborativa. Os professores têm o papel fundamental nesse processo, já que são os principais mediadores das práticas aplicadas. É primordial buscar diversas estratégias e materiais pedagógicos que atendam às necessidades de cada um de forma que facilite na clareza dos conteúdos repassados.

Desse modo, o profissional atuante no AEE precisa ter formação e qualificação para atender as demandas específicas dos alunos assistenciados nesta modalidade de ensino. Por exemplo, o docente que trabalha com alunos surdos precisa ter um certo conhecimento na Língua Brasileira de Sinais - Libras, como também, conhecer o sistema de leitura e escrita para pessoas com deficiência visual, como o Braille, e demais que necessitam deste atendimento para interagir socialmente e aprender de maneira eficaz. É interessante que, além de buscar métodos e estratégias para a realização das atividades em sala de aula, o professor também avalie se essa metodologia utilizada está dando resultados positivos.

À vista disso, segundo Saviani, “ao adquirir competência, o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente” (1995, p. 45). Logo, fica explícito que o professor ao adquirir competências ele também ganha experiência na sua prática de ensino. Apesar de considerarmos a prática e o aperfeiçoamento pedagógico como sendo primordiais para que o ensino aconteça, sabemos que os professores que trabalham na educação especial ainda se deparam com muitos desafios que dificultam na realização da prática, muitas das vezes, por falta de disposição de materiais didáticos, recursos ofertados pelas políticas públicas de educação, capacitação e estrutura no ambiente educacional.

Além disso, para uma aprendizagem efetiva e inclusiva, é essencial a participação dos alunos, bem como, o envolvimento da família, pois todos estes também precisam estar juntos no repertório de eixos de interesses, para que seja um processo prazeroso e com muitos ganhos dentro dessa rede de apoio. Dessa forma, promover uma educação inclusiva é oferecer o que de fato e de direito os estudantes têm enquanto pertencimento à escola na qual está inserida.

Nessa lógica, reforçamos que é importante para o docente buscar formação continuada, sempre com a finalidade de construir novos saberes que aperfeiçoem e colaborem para uma prática docente reflexiva. Contudo, a família, a instituição e demais profissionais da educação devem estar interligados, assim como o Projeto Político Pedagógico da escola precisa conceber e disponibilizar de ações, recursos, apoio e melhorias em toda estrutura educacional para maiores objetivos serem alcançados.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa fundamentada como qualitativa, por abordar questionamentos feitos de forma aberta, dado que, neste tipo de análise, “[...] são utilizados métodos nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo” (PEREIRA *et al.*, 2018, p. 67). Dentre tantas outras abordagens de pesquisa existentes, optamos por essa, por ser a que atinge melhor os objetivos de compreender, analisar e investigar como tem acontecido as práticas pedagógicas dentro das salas do AEE, o cumprimento das políticas públicas, analisando o atendimento para o público-alvo e as perspectivas dos professores atuantes dessas salas.

Nesse sentido, os resultados obtidos ao finalizar a investigação não foram quantificados ou receberam tratamento estatístico, mas descritos e interpretados a fim de entender como acontece esse processo no Atendimento Educacional Especializado. Além disso, essa pesquisa ainda se caracteriza do tipo descritiva exploratória, que, segundo Gil (2002) visa a descrição das características de determinada população, fenômeno ou de uma experiência. As pesquisas descritivas juntamente com as exploratórias são, segundo o autor, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

3.1 Universo e sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública localizadas no município de Campo Grande – RN. Sendo uma da rede municipal e a outra da rede estadual. Salientamos que infelizmente não obtivemos êxito por parte da gestão de uma das escolas, no mais o estudo foca na rede de ensino municipal, que contam com serviços de Atendimento Educacional Especializado, no qual nos deteremos o estudo desta pesquisa.

As instituições de ensino funcionam nos turnos matutino e vespertino. Com o intuito e a necessidade da inclusão no âmbito escolar a cidade de Campo Grande aprovou a Lei municipal nº 398 (CAMPO GRANDE, 2020), aprovada em 10/20 que institui a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras no currículo escolar de ensino. Dessa maneira, é de suma importância que seja executada na prática, afinal, é de grande necessidade o ensino de Libras nas esferas educacional e inclusiva. Veremos, na tabela a seguir, as principais características dos docentes das duas instituições que atendem na sala do AEE.

Quadro 1: Informações sobre os participantes

Escola	Nome	Cargo	Área de formação	Tempo de atuação na educação
Estadual	Maria	Professor(a)	Pedagoga e Especialista em Psicopedagogia	10 anos
Municipal	Paulo	Professor(a)	Geografia e Especialista em Educação Especial	Não informou
Municipal	Márcio	Diretor	Licenciado em Física	Não informou

Fonte: Elaboração própria

O estudo teve como participantes dois docentes, sendo uma do sexo feminino e outro do sexo masculino, que atendem nas salas de recursos multifuncionais, tendo especialização em educação especial, além de um diretor da instituição da rede municipal. Para execução e análise dos resultados da pesquisa, realizamos questionários com as gestões, mais infelizmente só foi possível coletar os dados de uma das gestões da rede municipal e os dois professores das escolas que atuam nesses espaços.

3.2 Coleta de dados e procedimentos metodológicos

Em proporção processo de coleta de dados teve que ser reorganizado em decorrência da pandemia da COVID 19. Assim, visando todos os cuidados e as medidas de segurança, não foi possível realizar presencialmente a pesquisa e ir até a dependência escolar para conhecer melhor o funcionamento e realizar as observações nas salas onde ocorre o AEE.

Dessa forma, foram elaborados dois questionários com perguntas diferentes, sendo um para os professores e o outro para a gestão das escolas. Os questionários foram efetuados de forma virtual sendo enviados via *e-mail* para os participantes da pesquisa em formato *Word*. Desse modo, os sujeitos puderam editar, colocar as suas respectivas respostas e reenviaram para a autora da pesquisa.

Após isso, com base nas respostas dos participantes, realizamos uma análise, tendo em vista a compreender como acontece os Atendimento Educacionais Especializados nas escolas analisadas, bem como, os recursos, materiais didáticos, métodos e estratégias de ensino empregadas por esses professores, assim como, as dificuldades encontradas por eles. Vale

salientar que antes da aplicação foi apresentado o TCLE¹ para conhecimento e anuência dos participantes da pesquisa.

¹ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE é um documento necessário para os participantes de pesquisas, garantindo o esclarecimento e protegendo os sujeitos envolvidos no processo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico, apresentaremos nossos resultados e análise dos dados coletados, sobretudo pelos questionários realizados com a gestão e professores das escolas pesquisadas, trazendo nossas percepções com base em argumentos de teóricos da área. Além disso, discutiremos os resultados a fim de compreender como ocorre o processo de ensino do Atendimento Educacional Especializado, visando às práticas pedagógicas dos profissionais e recursos ofertados para a sala de recursos multifuncionais das instituições de ensino investigadas, para isso, organizaremos em duas subseções: 1 – Concepções da gestão da escola acerca do Atendimento Educacional Especializado; e 2 – Perspectivas dos professores atuantes sobre o Atendimento Educacional Especializado.

4.1 Concepções da gestão da escola acerca do Atendimento Educacional Especializado

Como abordado anteriormente, realizamos o estudo em duas escolas da rede pública do município de Campo Grande/RN. Salientamos que a pesquisa com a gestão da escola estadual não foi possível, como mencionamos no início da pesquisa. Dessa forma, os questionários voltados às gestões das escolas, foi respondido por apenas um diretor. Nessa perspectiva, iniciaremos a análise por meio de questionário com perguntas e respostas relatadas pela gestão da instituição de ensino pertencente à rede municipal. Utilizaremos um nome fictício com vistas a proteger a imagem, sendo nomeada, Escola Municipal Canto do Saber². O questionário, como mencionado na seção de procedimentos metodológicos, possui oito questionamentos voltados a saber a visão da gestão sobre as políticas públicas, os recursos e práticas pedagógicas desenvolvidas em salas de AEE na realidade da esfera escolar campo-grandense.

Nesse sentido, para início, questionamos sobre os recursos e apoio que o AEE tem por parte do município, estado e governo federal. Obtivemos o resultado que “*existe materiais como jogos e materiais adaptados para alunos com necessidades especiais em braille, Libras e entre outros, capacitações para os professores*”. Notamos que, no discurso do diretor entrevistado, ele não menciona quais os tipos de recursos utilizados, e quais os cursos oferecidos para esses docentes, então, ficam as nossas perguntas: será que os materiais didáticos são realmente adaptados para suprir a necessidade de cada aluno que necessita desses recursos? Esses alunos

² Nome fictício para a escola, escolhido pelos pesquisadores.

estão tendo rendimento em seu ensino aprendizagem? Pois sabemos que é necessária uma boa estrutura adaptada para atender as especificidades dos alunos que frequentam o AEE.

Logo, são esses tipos de questionamentos que nos deixam lacunas. Ferreira, Lima e Garcia (2015) abordam que “o uso de recursos e materiais variados no AEE é de extrema importância para contribuir com o desenvolvimento de vários aspectos nos alunos”. Dessa forma, faz-se imprescindível o conhecimento da gestão sobre os repasses e possibilidade de recursos para o desenvolvimento das práticas dentro da sala do AEE. Dito isso, questionamos se existe alguma verba destinada para atender esse público, e a gestão nos informou que não tem conhecimento, mas acredita que sim. Assim, percebe-se que existe uma falta de interesse por parte da gestão em ter conhecimento sobre algum tipo de verba oriunda do governo para dar suporte para trabalhar com os alunos.

Adiante, perguntamos sobre as políticas públicas que são voltadas especificamente para a sala e atendimento dos alunos no AEE, o gestor informou que há o “*cumprimento das Leis que amparam o aluno com deficiência, ações inclusivas, investimento*”. De acordo com a direção da escola, são cumpridas leis que amparam alunos com deficiência, tendo algumas ações sobre a inclusão e que possuem investimento para este atendimento educacional, porém, notamos que o gestor não especificou como seriam esses investimentos em sua breve resposta ao nosso questionário.

Nosso quarto questionamento foi a respeito da quantidade de salas e professores que têm para o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, foi respondido que “*no município temos uma sala e um professor*”. O gestor nos afirma que é disponibilizado apenas uma sala e um professor para realização do serviço no AEE, para atender a demanda de alunos do público-alvo da educação especial da rede municipal. Entretanto, essa veracidade, pode estar relacionada ao fato de poucas oportunidades, como, profissional e recursos necessários para atendê-los. Além de que, apresentamos em nossa pesquisa uma segunda escola da rede estadual que possui também o AEE, contudo, em outra realidade, mas infelizmente não obtivemos êxito por parte da gestão, sendo assim, pesquisa foca na rede de ensino municipal.

Ao ser perguntado como acontece a contratação para os professores desse espaço e se tem alguma dificuldade para conseguir profissional na área na região, o gestor nos informou: “*temos professores efetivos no município que são capacitados, mas que já estão em outras funções. Temos dificuldades, mas conseguimos fazer adaptações*”. Diante do conseqüente relato pelo gestor, percebemos esta “dificuldade” de encontrar professores capacitados, isso pode possibilitar transtornos na aquisição da aprendizagem dos alunos.

Silva (2018) discorre acerca da qualificação do profissional da educação especial, “os profissionais que atuam no Atendimento a esses alunos precisam de capacitação durante sua formação acadêmica na área de educação especial” (p. 25). Ademais, permitiu-nos compreender que atuação desses professores na qual ele cita precisa ser complexa e exige deles uma parceria constante com todos os envolvidos com os alunos que fazem o uso do AEE. Embora seja relevante e necessário que a escola busque avanços para que realmente aconteça uma educação inclusiva, com profissionais capacitados e com este objetivo priorizado.

Em sequência perguntamos a quantidade de alunos com deficiência que são matriculados na escola e quantos são atendidos na sala de recursos multifuncionais, foi respondido que “*no ano de 2021 tínhamos 06 alunos e todos eram atendidos na sala do AEE, não estava sendo possível ultimamente devido a pandemia*”. O diretor nos deixa a entender que durante os anos pandêmicos da COVID – 19 no nosso país, fica compreensível que os atendimentos no AEE não foram realizados, mesmo que de forma virtual, como aconteceram em outras realidades de ensino.

Dessa forma, percebemos que isso acarreta prejuízos para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Sabemos que esses fatores podem estar vinculados à falta de planejamentos pedagógicos e metodológicos, como também, a falta de acesso às tecnologias por parte da escola e alunos. Ademais, alguns aspectos deixaram de ser atendidos e, de certa forma, acontece a exclusão desses alunos.

Dando seguimento, perguntamos quais os incentivos são realizados para a continuidade e atendimento de qualidade para o AEE, foi exposto que “*compromisso de cumprir com os horários buscando estimular os alunos a participar do atendimento, procuramos trabalhar de uma forma bem dinâmica*”. Nesse sentido, percebemos em sua fala que acontece algum tipo de interação, mas não fica explícito quais são as formas, se são através de equipamentos tecnológicos ou jogos para interação na sala de aula.

Pressupomos que sejam de caráter metodológico para contribuir na continuidade e progresso do aluno. Nessa perspectiva, encontra-se alinhado às reflexões de Bacich e Moran, que discutem a respeito de “[...] a motivação para aprendizagem é algo que pode ser construída”. (2017, p. 43). Nessa lógica, relacionando ainda com a colocação do gestor o “horário” escolar influencia diretamente no aprendizado, já que as disciplinas devem ser alocadas no contraturno para as aulas do AEE, evitando sobrecarregar os alunos.

O oitavo e último questionamento foi relacionado ao aluno surdo, se existe ou já houve alunos surdos participantes na sala de recursos multifuncionais que ocorre o Atendimento Educacional Especializado e se haviam profissionais com capacitação e fluência (em Libras)

para o ensino de surdos. O diretor da escola nos respondeu que, *“temos sim uma aluna surda, mas somente durante um ano tivemos um professor capacitado e com fluência em Libras”*

Ficamos felizes com a resposta, pois, compreendemos que é de suma importância quando se trata de alunos surdos, a relevância e permanência de um professor de Libras ou especialista na sala de aula, dando estabilidade e subsequência ao ensino de Libras, sendo a L1 do surdo. Infelizmente, hoje a realidade não é a mesma de alguns anos atrás como foi explanado pelo gestor, porque é fundamental a presença de docentes capacitados na inclusão. Guarinello *et al.* (2006) traz a falta de capacitação destes profissionais da educação como o principal ponto de dificuldade no processo de ensino de alunos surdos devido ao pouco conhecimento da Libras por parte dos professores.

Percebe-se que, é imprescindível uma educação de qualidade, e da formação do profissional que muito contribui no progresso do aluno. É fundamental um planejamento pedagógico voltado para este público-alvo, pensar nos métodos e estratégias adequadas que possam contribuir com o ensino aprendizagem dos alunos surdos e de outras especificidades. Assim como, os materiais didáticos e equipamentos de acessibilidade são essenciais como meios de transmissão de ensino, tornando uma ferramenta primordial para auxiliar os docentes e principalmente para os alunos que mais utilizam destes recursos.

4.2 Perspectivas dos professores atuantes sobre o Atendimento Educacional Especializado

Nesta subseção discutiremos as concepções e entendimentos dos docentes com base nas respostas abordadas por eles, acerca das práticas pedagógicas e recursos metodológicos utilizados no Atendimento Educacional Especializado. Nesse sentido, aplicamos um questionário para dois professores, das duas escolas campo-grandenses que possuem salas de AEE, sendo assim, temos a participação da professora Maria³, da rede Estadual, e do professor Paulo, da rede Municipal, ambos atuam na sala de recursos multifuncionais.

Nessa lógica, indagamos com o primeiro questionamento e com o objetivo de saber sobre a formação e o tempo de atuação na educação e se possui alguma formação específica para o AEE, a professora Maria respondeu: *“Sou Pedagoga e Especialista em Psicopedagogia. Estou na educação desde 2002”*. Para ela, *“ao cursar Psicopedagogia, me apaixonei por essa área e busquei fazer outros cursos de capacitação”*. Já o professor Paulo informou, que é

³ Com a finalidade de preservar a identidade dos participantes, utilizamos nomes fictícios.

“Formado em Geografia pela UERN e Especialista em Atendimento Educacional Especializado na UFERSA”.

Percebemos que, a professora Maria tem uma preocupação contínua em buscar mais conhecimentos na área da educação inclusiva, visto que tem vasta experiência e paixão por este Atendimento. O colaborador Paulo apenas nos informou sua área de formação, não apresentando em sua resposta sobre sua experiência ou não com o atendimento no AEE.

De acordo com as argumentações de Ferreira, Lima e Garcia (2015) o professor que trabalha na educação especial, deve ter formação específica na área de atuação. Nesse aspecto, é imprescindível reforçamos, cada vez mais, a importância de cursos de formação contínua para o aperfeiçoamento aos docentes que trabalham com este público-alvo. Visto isso, o professor passa a receber uma formação para ter o conhecimento, onde as técnicas e a instrumentalização, sendo que, o ‘saber fazer’ é o elemento fundamental da ação docente.

Após termos conhecimento no tocante à profissão dos docentes, indagamos a respeito se eles são remanejados ou foram contratados/alocados especificamente para o atendimento no AEE. Assim, a professora Maria disse: *“Inicialmente trabalhava com o ensino fundamental I, mas em 2016 passei no concurso para professora de Educação Especial, desde então passei a assumir o AEE”*. Podemos perceber que a docente tem um tempo considerável de experiência na educação especial. Já o professor Paulo explana: *“Fui remanejado para a sala devido a minha formação”*. Dito isso, compreendemos que ambos estão aptos a atuarem na sala de recursos multifuncionais, por sua formação na área.

Em seguida, questionamos acerca dos recursos que são mais utilizados para os atendimentos, se há material suficiente para atender as necessidades específicas apresentadas pelos alunos, a professora Maria informou que *“as tecnologias assistivas, jogos adaptados, computadores, jogos sensoriais, brinquedos educativos, legos e etc.* Além disso, ela ressaltou: *“de fato, a escassez de material é um desafio a ser enfrentado, sendo necessário a utilização de materiais reciclados para confecção de jogos didáticos e possíveis adaptações caso necessário*

Já o professor Paulo assim colocou: *“recursos produzidos para determinadas funções no processo de aprendizagem e também materiais já existentes na sala”*. Segundo Freitas (2007), entende-se por materiais didáticos todos os componentes do ambiente de aprendizagem que visam estimular e aproximar o aluno do conteúdo a ser estudado, nesse caso, de forma lúdica. Com a colocação dos professores, observa-se que eles entendem que os materiais didáticos são importantes para a contribuição significativa do ensino aprendizagem do aluno, tornando essencial para uso. Diferente de Maria, Paulo não explana quais materiais didáticos são utilizados para o atendimento e que favoreça a aprendizagem dos alunos.

A colaboradora Maria relata sobre suas dificuldades em sala de aula, e que a maior de todas é com a falta dos materiais didáticos, que a auxiliem na sala. Entende-se que ela precisa reciclar e adaptar materiais para atender a realidade encontrada na sala de aula para suprir com a necessidade dos alunos. A frente de suas indagações, deixa a entender que o repasse dos recursos não é ofertado como deveriam ser ou que há algum gargalo neste interim para ofertar um serviço com materiais de qualidade.

Dando continuidade ao questionário, perguntamos acerca da quantidade de alunos que participam do atendimento educacional especializado, e como acontecem esses atendimentos, a professora Maria informou que “*são atendidos 6 alunos. Cada aluno é atendido 2 vezes por semana, com duração de 50 minutos cada atendimento*”. Já Paulo responde que: “*Em torno de 10 alunos, pois estamos reestabelecendo novas demandas*”.

Observamos que, na fala de Maria, existe um cronograma que estabelece os dias de atendimento durante a semana. Já Paulo não especifica como acontecem os atendimentos e nem a duração dessas aulas, deixando assim, algumas lacunas em suas respectivas respostas e que também refletimos sobre a estrutura da pesquisa que apresentou esta limitação.

Visto isso, indagamos aos docentes a respeito de saber quais os tipos de deficiência são atendidos na sala do AEE. Maria nos informou que são atendidos, “*Autista, Paralisia cerebral e DI⁴*”. Para essa mesma pergunta, Paulo fala que são atendidos alunos com “*Deficiência visual, intelectual e múltiplas*”.

Sabemos que para o funcionamento do AEE é necessário ter planejamento e organização para atender as características individuais de cada estudante que apresentam essas especificidades como citadas pelos docentes. Além disso, também é importante a elaboração de um plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem desenvolvimento e suas interações sociais e cognitivas.

Dando seguimento, perguntamos aos professores se já trabalharam com alunos surdos no AEE – um dos nossos interesses também pela aproximação com o curso e área de nossa formação – e pedimos para mencionar as experiências e estratégias de ensino com esse aluno, caso já tivesse havido o contato. Maria nos informou que “*ainda não*” e afirmando não ter trabalhado com alunos surdos. Já o professor Paulo também explana: “*ainda não tive contato com alunos com deficiência auditiva. Mas pretendo procurar apoio de colaboradores com formações voltadas para essa especificidade*”.

⁴ Deficiência Intelectual.

Percebemos na resposta do colaborador Paulo que apesar de não ter tido ainda experiência com aluno surdo, ele reflete sobre buscar apoio de colaboradores da área em torno, de conhecimentos para auxiliar futuramente em sua prática de ensino com esta especificidade dentro da sala do AEE.

Indagamos aos docentes acerca de quais estratégias de ensino empregadas por eles e materiais didáticos utilizados com esses alunos, Maria explica que: *O afeto é uma das estratégias mais importantes para se iniciar nossos atendimentos, ganhar a confiança desse aluno é o primeiro passo para desenvolver as outras áreas.* Além disso, a professora cita a ludicidade como *“essencial para trabalhar o cognitivo de maneira leve e prazerosa”*. Maria ainda salienta que *“os jogos didáticos também auxiliam na aquisição da aprendizagem, assim como os sensoriais e audiovisuais”* e, por fim, a docente afirma que, *“valorizar o que o aluno já sabe e partir desse conhecimento também é uma estratégia excelente”*.

Já o professor Paulo afirma o seguinte: *“de acordo com o que vi dentro da minha formação temos o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo sem dúvidas são as principais abordagens educacionais no ensino do surdo”*. Para o docente, *“esta forma de perceber e interagir dos surdos resulta numa cultura própria, que é basicamente diferente da cultura ouvinte.”*

Podemos perceber que em ambas as respostas dos professores, cada um se posicionou de uma forma. Contemplamos, que no relato de Maria, ela se expressa de uma forma muito amorosa e efetiva. Sabemos que a afetividade é uma ferramenta fundamental no processo educativo, influenciando diretamente no cognitivo do educando e contribuindo para uma aprendizagem de qualidade.

A forma da professora trabalhar com os materiais e jogos didáticos possibilita momentos de descobertas e auxilia no desenvolvimento cognitivo e psicológico dos estudantes. Assim, Maria faz uso de estratégias diversificadas e habilidades específicas para trabalhar com os alunos, vendo as possibilidades de uso dos materiais didáticos como vemos com Freitas (2007).

O professor Paulo em seu relato traz um pensamento distorcido e distanciado sobre o sentido de nossa pergunta, em consequência disso ele menciona o oralismo, comunicação total e o bilinguismo como estratégia de ensino voltados ao ensino de surdos. Acreditamos que ao falar sobre os métodos e paradigmas na educação de surdos, trouxe apenas o que já temos na literatura, não apresentando em si o que poderia fazer no caso do ensino para surdos, especificamente.

Como também, percebemos que o docente não correspondeu sobre os jogos didáticos ou outras estratégias possíveis para este ensino. Desse modo, o docente traz um pensamento que acabou nos impossibilitando compreensões do que foi questionado, entrevemos assim, que há a possibilidade de compreender que essas justificativas do mesmo podem estar interligadas ao pouco conhecimento na área ou que nosso questionamento não ficou claro o suficiente, por mais que estivéssemos à disposição para auxiliar em quaisquer outros esclarecimentos na nossa aplicação.

Dito isso, procuramos saber dos professores sobre as maiores dificuldades enfrentadas por eles enquanto professores do AEE. A docente Maria explica que *“uma das dificuldades que encontramos é a falta de materiais e a pouca oferta de cursos de capacitação nesta área”*. Percebemos que as dificuldades encontradas, são a falta dos materiais didáticos, que a auxilie em sala de aula. A professora reconhece que seria importante um aporte de materiais e equipamentos diversificados para as atividades, vislumbrando nos alunos mais interesse e motivação no aprender.

É relatado também sobre a pouca oferta de cursos de capacitação. Segundo a direção, existiam cursos de capacitação para os professores, porém, em sua breve resposta, não menciona um detalhamento sobre os tipos de cursos ofertados. Durante a entrevista com os professores participantes, eles informam sobre essa insuficiência de cursos de capacitação na área. Entretanto, percebemos um déficit, uma falha entre falta de planejamento e conhecimento, que não condiz as informações em ambas as respostas dos participantes.

Já o colaborador Paulo coloca que *“existem algumas dificuldades de infraestrutura, material, ausência de colaboradores (Terapeutas, Psiquiatras, Professores de Libras, etc.), maior participação da família e a colaboração de professores da sala de aula regular”*. Assim como a outra colaboradora, Paulo menciona as mesmas dificuldades em relação à falta de materiais adaptados e recursos direcionados à essas necessidades, além disso, especifica a ausência de colaboradores e a participação da família neste processo, sendo uma dificuldade apresentada.

Na realidade dos professores, as maiores dificuldades que encontram são com a ausência de materiais didáticos, cursos de capacitação e recursos de acessibilidades para o ensino dos alunos. O que se caracteriza como um grande desafio ao professor que diariamente precisa pesquisar e adaptar materiais didáticos buscando contribuir com a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Nosso último questionamento teve como objetivo saber como é a participação da família no processo de aprendizagem do aluno, a colaboradora Maria nos informou que: *“No início*

tínhamos que lidar com a resistência dos pais em mandar seus filhos para os atendimentos, mas com o tempo e com os bons resultados apresentados pelos mesmos, vencemos essa dificuldade". Ainda argumentou que hoje temos "mães" bem presentes e que realmente acompanham seus filhos nesse processo.

Já o docente Paulo nos falou que "*as famílias em sua maioria não participam ativamente do processo de ensino e aprendizagem do aluno*". Ainda argumentou que a dificuldade existente devido à ausência de conhecimentos científicos, metodológicos e pedagógicos. Com base nas respectivas respostas pelos docentes, compreendemos que a família exerce um papel primordial no processo do desenvolvimento do aluno. Por conseguinte, o apoio, acolhimento, a base e aspectos como as boas relações são necessárias para a permanência do aluno nesse processo de aprendizagem.

É importante refletirmos que a sociedade em geral desempenha um papel fundamental para garantir ao público-alvo da educação especial se desenvolvam socialmente e cognitivamente. Em virtude dos fatos mencionados, levamos em consideração alguns aspectos tais como, políticas públicas que reconheça os direitos e necessidades dos alunos nessa modalidade de ensino. Portanto, consideramos relevante o desenvolvimento de novos estudos na área, para que se possa reconhecer e compreender melhor como estão ocorrendo os processos educacionais para os estudantes com deficiência.

É evidente a realidade da escassez de materiais didáticos e pedagógicos voltados para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com tais deficiências no seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e todos os aspectos relacionados aos modos de ensinar e aprender. Além disso, acreditamos que falte suporte no que refere ao uso dos recursos à disposição para os professores em sua prática pedagógica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas dentro das salas do AEE - Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas da cidade de Campo Grande - RN, tendo em vista o cumprimento das políticas públicas, o processo do atendimento para o público-alvo e reflexões sobre as perspectivas dos professores das salas de AEE e as estratégias de ensino empregadas.

O estudo foi realizado através da aplicação de questionários com uma direção escolar e dois docentes que atuam nas salas de recursos multifuncionais e, a partir desses relatos, intentamos depreender como é realizado o trabalho no AEE. Ressaltamos que a pesquisa com a gestão de uma das escolas não foi possível, como mencionamos na análise dos dados da pesquisa.

Os resultados apontaram, a partir de análises realizadas com base nos questionários, que a escola não oferece, de fato, uma estrutura adaptada como deveria ser, fica implícito que faltam articulações entre as políticas públicas e o que acontece em sala de aula para que possamos assim, vermos avanços para atendimentos voltados a este público-alvo. Vemos que faltam profissionais capacitados e cursos de capacitação aos docentes que atuam com esse público e professores com qualificação em Libras e Braille, por exemplo.

Destacamos a escassez de materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade para auxiliar nas práticas de ensino, e ausência dos colaboradores educacionais e por parte das famílias como foi mencionado nas falas dos docentes. Por fim, os participantes também apontaram a importância de mais recursos no AEE tais como, jogos, materiais pedagógicos e adaptados para dá suporte nas aulas e atender todas as especificidades.

Acreditamos que um bom planejamento pedagógico educacional faz toda diferença para o funcionamento deste ensino, a falta desses recursos acaba dificultando o desenvolvimento cognitivo deles. Sabemos da importância de um suporte na sala do AEE, pois esse apoio sendo de maneira adequada e com profissionais habilitados, com certeza, seria bastante benéfico no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Por fim, considerando os resultados aqui obtidos, acreditamos que pesquisas como essas podem servir como base para auxiliar na implementação de melhorias nas práticas do ensino na educação especial e inclusiva, para que os ambientes, sobretudo escolares, tenha de fato, um planejamento educacional e inclusivo que seja significativo para oferecer a todos um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias Ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso editora Ltda, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

_____. Alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acesso em: 27 de julho de 2021.

_____. **Decreto 6571/08 | Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93163/decreto-6571-08>> Acesso em: 27 de julho de 2021.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. MEC, Brasília: 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em: 27 de julho de 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB/2001** - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas, Políticas Educacionais e a Formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol.3.n 5,1999

CAMPO GRANDE., **Lei nº 398, de 13 de outubro de 2020**. Campo Grande/RN: 2020. Disponível em: <https://www.campogrande.rn.gov.br/diario/679/861_2020_0000001.pdf> acesso em: 15/10/2021.

FERREIRA, S. M.; LIMA, E. B.; GARCIA, F. A. O serviço de atendimento educacional especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Cadernos de estudos e pesquisa na educação básica**, v. I, p. 46-61, 2015.

FREITAS, O. **equipamentos e materiais didáticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007, 132 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARINELLO, A. C.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P.; MASSI, G. A. A.; PAULA, M. **A Inserção do aluno surdo no ensino regular**: visão de um grupo de professores do estado do Paraná. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 12, p. 317-330, 2006.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA R. **Metodologia de pesquisa científica**. Santa Maria - RS: UAB/NTE/UFSM, 2018.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Editores Associados, 1995.

SILVA, B. S. F. **Reflexões sobre o ensino de LIBRAS no Atendimento Educacional Especializado na cidade de Caraúbas/RN.** Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Letras – Libras) – UFERSA. Caraúbas: 2018.

SILVA, D. L. Práticas pedagógicas na escola inclusiva: adaptação curricular. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção** didático-pedagógica, 2014. Jacarezinho: SEED/PR., 2014. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uenp_edespecial_pdp_denise_lopes_da_silva.pdf>. Acesso em: 15/10/2021. ISBN 978-85-8015-079-7.

VITORINO, A, F.; SOUZA, R. C. S. **Educação bilíngue:** O desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos. 1 ed. Aracaju: Criação, 2020. V. 1. 139p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DISCENTE: Vilmara Oliveira Sena
ORIENTADOR: Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa

Questionário

Diretor@

1. Quais os recursos e apoio que o AEE tem por parte do município, estado e governo federal?
2. Existe alguma verba destinada para atender esse público?
3. Quais são as políticas públicas voltadas especificamente para a sala e atendimento dos alunos no AEE?
4. Quantas salas e professores têm para o funcionamento do atendimento educacional especializado?
5. Como acontece a contratação para os professores desse espaço, tem alguma dificuldade para conseguir profissional na área na região?
6. Quantos alunos com deficiência são matriculados na escola e quantos são atendidos na sala de recursos multifuncionais?
7. Quais incentivos são realizados para a continuidade e atendimento de qualidade do AEE?
8. Sobre o aluno surdo, existe ou já houve alunos surdos participantes na sala do atendimento educacional especializado? Se sim, havia profissionais com capacitação e fluência (em Libras) para o ensino de surdos?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DISCENTE: Vilmara Oliveira Sena
ORIENTADOR: Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa

Questionário

Professores

1. Qual a sua formação e quanto tempo de atuação na educação?
2. Você possui alguma formação específica para o AEE?
3. Você é um docente remanejado ou foi contratado/alocado especificamente para o atendimento no AEE?
4. Quais recursos são mais utilizados para os atendimentos, há material suficiente para atender as necessidades específicas apresentadas pelos alunos?
5. Quantos alunos participam do atendimento educacional especializado? E Como acontecem esses atendimentos?
6. Quais são os tipos de deficiência atendidos?
7. Você já trabalhou com alunos surdos no (AEE)? Qual sua experiência e estratégias de ensino com esse aluno?
8. Quais estratégias de ensino, e materiais didáticos utilizados ?
9. Quais são as maiores dificuldades que você tem enquanto professor do AEE?
10. Como é a participação da família no processo de aprendizado do aluno?

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFRSA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a),

Este é um convite para você participar da pesquisa intitulada: **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AEE: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE – RN**. Esta é coordenada pelo graduando em Letras Libras, Vilmara Oliveira Sena e orientada pelo professor Ms. Francisco Ebson Gomes Sousa. A sua participação é voluntária, o que significa que poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Essa pesquisa tem como objetivo geral: **analisar como acontecem as práticas pedagógicas dentro das salas do AEE - Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas de Campo Grande - RN, compreendendo o cumprimento das políticas públicas, como acontece o atendimento para o público-alvo e as perspectivas dos professores do AEE**. O(a) prezado(a) diretor(a) e professore(a) será submetido a um questionário metodológico de ensino. O questionário não terá nenhum caráter invasivo, ou que atente à sua moral. Todas as informações obtidas serão sigilosas e você não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Você ficará com uma via deste Termo e toda dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Vilmara Oliveira Senas, no endereço: Rua Artur Almeida, Nº 27, bairro Alto de Santana, Campo Grande/RN, ou pelo telefone (84) 9 9921 4921, ou, ao Professor Me. Francisco Ebson Gomes Sousa, pelo telefone (84) 9 9972 4185.

Consentimento Livre e Esclarecido:

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AEE: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE – RN**.

Nome:

Participante da pesquisa ou responsável

ANEXO B – QUESTIONÁRIO - GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DISCENTE: Vilmar Oliveira Sena
ORIENTADOR: Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa

Questionário

Diretor@

1. Quais os recursos e apoio que o AEE tem por parte do município, estado e governo federal?
Materiais como: Jogos e materiais adaptados para alunos com necessidades especiais em braille, libras e entre outros, capacitações para os professores.

2. Existe alguma verba destinada para atender esse público?
Não tenho conhecimento, mas acredito que sim.

3. Como são as políticas públicas que são voltadas especificamente para a sala e atendimento dos alunos no AEE?
Cumprimento das leis que amparam o aluno com deficiência, ações inclusivas, investimento.

4. Quantas salas e professores têm para o funcionamento do atendimento educacional especializado?
No município temos uma sala e um professor.

5. Como acontece a contratação para os professores desse espaço, tem alguma dificuldade para conseguir profissional na área na região?
Temos professores efetivos no município que são capacitados, mas que já estão em outras funções. Temos dificuldades, mas conseguimos fazer adaptações.

6. Quantos alunos com deficiência são matriculados na escola e quantos são atendidos na sala de recursos multifuncionais?
No ano de 2021 tínhamos 06 alunos e todos eram atendidos na sala do AEE, não estava sendo possível ultimamente devido a pandemia.

7. Quais incentivos são realizados para a continuidade e atendimento de qualidade do AEE?
Temos o compromisso de cumprir com os horários buscando estimular os alunos a participar do atendimento, procuramos trabalhar de uma forma bem dinâmica.

8. Sobre o aluno surdo, existe ou já houve alunos surdos participantes na sala do atendimento educacional especializado? Se sim, havia profissionais com capacitação e fluência (em Libras) para o ensino de surdos?

Temos sim uma aluna surda, mas somente durante um ano tivemos um professor capacitado e com fluência em libras.

ANEXO C – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA PROFESSORA MARIA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DISCENTE: Vilmara Oliveira Sena
ORIENTADOR: Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa

Questionário

Professores

1. Qual a sua formação e quanto tempo de atuação na educação?
Sou Pedagoga e Especialista em Psicopedagogia. Estou na educação desde 2002.
2. Você possui alguma formação específica para o AEE?
Ao cursar Psicopedagogia, me apaixonei por essa área e busquei fazer outros cursos de capacitação.
3. Você é um docente remanejado ou foi contratado/alocado especificamente para o atendimento no AEE?
Inicialmente trabalhava com o ensino fundamental I, mas em 2016 passei no concurso para professora de Educação Especial, desde então passei a assumir o AEE.
4. Quais recursos são mais utilizados para os atendimentos, há material suficiente para atender as necessidades específicas apresentadas pelos alunos?
As tecnologias assistivas, jogos adaptados, computadores, jogos sensoriais, brinquedos educativos, legos e etc. De fato, a escassez de material é um desafio a ser enfrentado, sendo necessário a utilização de materiais reciclados para confecção de jogos didáticos e possíveis adaptações caso necessário.
5. Quantos alunos participam do atendimento educacional especializado? E Como acontecem esses atendimentos? **São atendidos 6 alunos. Cada aluno é atendido 2 vezes por semana, com duração de 50 minutos cada atendimento.**
6. Quais são os tipos de deficiência atendidos?
Autista, Paralisia cerebral e DI.
7. Você já trabalhou com alunos surdos no (AEE)? Qual sua experiência e estratégias de ensino com esse aluno?
Ainda não.
8. Quais estratégias de ensino, e materiais didáticos utilizados com esses alunos?
O afeto é uma das estratégias mais importantes para se iniciar nossos atendimentos, ganhar a confiança desse aluno é o primeiro passo para desenvolver as outras áreas. A ludicidade é essencial para trabalhar o cognitivo de maneira leve e prazerosa. Os jogos

didáticos também auxiliam na aquisição da aprendizagem, assim como os sensoriais e audiovisuais. Valorizar o que o aluno já sabe e partir desse conhecimento também é uma estratégia excelente.

9. Quais são as maiores dificuldades que você tem enquanto professor do AEE?

Uma das dificuldades que encontramos é a falta de materiais e a pouca oferta de cursos de capacitação nesta área.

10. Como é a participação da família no processo de aprendizado do aluno?

No início tínhamos que lidar com a resistência dos pais em mandar seus filhos para os atendimentos, mas com o tempo e com os bons resultados apresentados pelos mesmos, vencemos essa dificuldade. Hoje temos “mães” bem presentes e que realmente acompanham seus filhos nesse processo.

ANEXO D – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA PROFESSOR PAULO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DISCENTE: Vilmaria Oliveira Sena
ORIENTADOR: Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa

Questionário

Professores

1. Qual a sua formação e quanto tempo de atuação na educação?

Formado em Geografia pela UERN e Especialista em Atendimento Educacional Especializado na UFERSA.

2. Você possui alguma formação específica para o AEE?

Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela UFERSA.

3. Você é um docente remanejado ou foi contratado/alocado especificamente para o atendimento no AEE?

Fui remanejado para a sala devido a minha formação.

4. Quais recursos são mais utilizados para os atendimentos, há material suficiente para atender as necessidades específicas apresentadas pelos alunos?

Recursos produzidos para determinadas funções no processo de aprendizagem e também materiais já existentes na sala.

5. Quantos alunos participam do atendimento educacional especializado? E Como acontecem esses atendimentos?

Em torno de 10 alunos, pois estamos reestabelecendo novas demandas.

6. Quais são os tipos de deficiência atendidos?

Deficiência visual, intelectual e múltiplas.

7. Você já trabalhou com alunos surdos no (AEE)? Qual sua experiência e estratégias de ensino com esse aluno?

Ainda não tive contato com alunos com deficiência auditiva. Mas pretendo procurar apoio de colaboradores com formações voltadas para essa especificidade.

8. Quais estratégias de ensino, e materiais didáticos utilizados com esses alunos?

De acordo com o que vi dentro da minha formação temos o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo sem dúvidas são as principais abordagens educacionais no ensino do surdo. Esta forma de perceber e interagir dos surdos resulta numa cultura própria, que é basicamente diferente da cultura ouvinte.

9. Quais são as maiores dificuldades que você tem enquanto professor do AEE?

Existem algumas dificuldades de infraestrutura, material, ausência de colaboradores (Terapeutas, Psiquiatras, Professores de Libras etc.), maior participação da família e a colaboração de professores da sala de aula regular.

10. Como é a participação da família no processo de aprendizado do aluno?

As famílias em sua maioria não participam ativamente do processo de ensino e aprendizagem do aluno. A dificuldade existente devido à ausência de conhecimentos científicos, metodológicos e pedagógicos.